

Estado falido

ANTÔNIO CARLOS DE ARAÚJO NAVARRO

Ser empresário privado no Brasil, hoje, é se envolver numa atividade infernal. Não há coração, nem mente, nem nervos capazes de absorver tanta tensão, burocracia e incerteza. Vivemos, o tempo todo, sob a espada de Dâmocles.

A situação brasileira tem o poder de esfarelar até a cabeça de gênios. Lee Iacocca, um dos executivos mais conhecidos do mundo, esteve recentemente em São Paulo, e ficou boquiaberto com o que sentiu. "Não sei o que faria em um país onde a cada dia as mudanças são tão grandes como no Brasil. Como se pode planejar os negócios? É incerteza demais. Não se pode ser um empreendedor com o Governo fazendo bobagens à sua volta". Falou, e disse. Sim, o Estado é a grande pedra no sapato. A inflação cresce, os juros crescem, os bancos lucram demais, há desemprego, a recessão não vai embora. Isso tudo é o resultado nefasto de um casamento entre o Estado brasileiro e o conceito de economia de mercado, castrado pelo amante gastador, corrupto, preguiçoso, pérfido, egoísta e arruinado. Não é de hoje que o Estado brasileiro gasta muito mais que arrecada, e, em consequência, gera polpidos déficits públicos, cujos financiamentos são a alegria dos bancos e a agonia do setor produtivo. A inflação, os juros, o desemprego, as falências vêm daí. Brotam daí!

O Estado não quebra! Quando o dinheiro falta — e sempre falta —, ele vem dos bancos, ou vem da Casa da Moeda, ou vem, como nos últimos tempos, de medidas provisórias, que, ao arrepio da lei, aumentam magicamente a arrecadação tributária. A força-préço isso é feito, nem que seja à custa de cidadania.

Nos países do Primeiro Mundo, a carga tributária incide sobre o consumo. Aqui, não. Uma cascata de tributos embrutece os preços do setor produtivo. E o

Estado repassa a nós o fardo de sua infinita incompetência, que, no final das contas, acaba sendo paga por empresários e consumidores.

Tudo, entretanto, continua do mesmo jeito!

O Estado permanece impávido em meio à crise que entorpece a Nação. As estatais não quebram! Para rodar o Diário Oficial da União, o Estado tem o a Imprensa Nacional. Um luxo! Já há ali, pasmem, mais de um mil funcionários, a maior parte na "administração". Só 17 trabalham nas oficinas. Quem é que quer dureza! Numa gráfica privada, o trabalho que a IN faz seria executado folgadoamente por 150 trabalhadores. Todo mundo quer as tetas do Governo. E haja corporativismo, protegido, por causa de objetivos claramente políticos, pelas centrais sindicais. Quando se fala em privatização, os trabalhadores, entre aspas, atiram pedras para todos os lados. Trata-se de um pessoal que escamoteia o tempo todo um dado cruel da economia brasileira: o Estado gasta 1/4 do que arrecada com suas improdutivas empresas.

Por isso, caro leitor, é que o País, paralisado hoje diante de tantas crises, precisa da revisão constitucional, para, pelo menos, começar a desmontar esse sistema perverso e hipócrita (ao defender, à exaustão, a economia de mercado). Essa revisão, que, infelizmente, só começa em janeiro, tem de redefinir os papéis do Estado, de acordo com os interesses da sociedade, como um todo, e não de grupos que só querem manter privilégios. Precisamos de uma reforma fiscal, de uma justa reforma tributária e de muita privatização. Sem isso, não há saída para o Brasil.

■ Antônio Carlos de Araújo Navarro é presidente do Sindigraf-DF e do Conselho Diretivo da Abigraf